

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, direitos e lutas de classes

BURGUESIA E PROLETARIADO: AS PERSONIFICAÇÕES DO SISTEMA DO CAPITAL

ELIDA JANAINA BARBOSA RODRIGUES PIMENTEL¹

Resumo:

O texto analisa as assertivas marxianas a respeito da função das classes sociais no interior do modo de produção capitalista. Para tanto, foi utilizada a técnica da leitura imanente da obra O Capital, na qual estão expressas a gênese, natureza e função social das classes que compõem o modo capitalista de produção.

Palavras-chave: Modo de produção capitalista; Burguesia; Proletariado.

Abstract:

The text analyses Marxian assertions about the function of social classes within the capitalist mode of production. To this end, the technique of immanent reading of the book Capital was used, in which the genesis, nature and social function of the classes that make up the capitalist mode of production are expressed.

Keywords: Capitalist mode of production; Bourgeoisie; Proletariat.

Introdução

Para Marx, a existência de classes sociais antagônicas no interior do modo de produção capitalista não é algo natural. Nem tampouco, a separação entre detentores dos meios de produção de um lado, e possuidores apenas de sua força de trabalho do outro, é comum a toda história da humanidade. O nascimento, natureza e função social do proletariado e da burguesia decorrem, portanto, de um dado desenvolvimento histórico anterior. O aparecimento de ambas as classes é, nesse sentido, produto de diversas revoluções econômicas e da degenerescência de uma série de formações mais antigas da produção social. Desvelar estes elementos mostra-se de extrema valia para toda a sorte de pesquisadores e cientistas políticos que se preocupam com tais

¹ Universidade Federal de Alagoas

questões, assim como para todos os profissionais que lidam – direta ou indiretamente – com as demandas imediatas do proletariado, dentre eles os assistentes sociais.

Nesta área específica de atuação, o profissional de Serviço Social deve fazer jus a um dos princípios fundamentais que norteiam sua atividade, qual seja optar “por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2005, p. 16). Para tanto, o assistente social deve ser capaz de desvelar a realidade, conhecendo a fundo o processo pelo qual o modo de produção capitalista gera pobreza extrema numa conjuntura de imensa capacidade produtiva de riquezas. Deve entender que a partir de determinado ponto do desenvolvimento social a produção da riqueza é diretamente proporcional ao surgimento da pobreza, dadas as leis imanentes deste modo de produção.

Ao observar o processo de aproximação do Serviço Social à tradição marxista, percebe-se que este movimento coincide com a tendência de deformação da teoria social de Marx que foi consolidada pelo conjunto das Ciências Sociais a partir da segunda metade do século XX. Esta interlocução deu-se a partir da década de 1960, com destaque para os países da América Latina, e teve como peculiaridade o estudo de fontes secundárias de “divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis” (Netto, 1989, p. 97). Sobre isto, Santos (2007, p. 73) acrescenta que a profissão, além de absorver “o marxismo através dessas produções [...], absorve também os seus equívocos”. Voltar aos clássicos marxianos é, portanto, um passo fundamental na intenção de dirimir os diversos equívocos teóricos cometidos pelos pensadores modernos no interior das Ciências Sociais, bem como uma etapa imprescindível da formação acadêmica do assistente social.

Como primeiro passo rumo ao entendimento do tratamento dado por este autor ao tema abordado, debruçamo-nos sobre a obra *O Capital – volume I*, a fim de entender quais são os apontamentos marxianos a respeito do proletariado, bem como os determinantes fundamentais na sua relação com a burguesia. Empregamos o método da leitura imanente da obra citada, que compreendeu a análise do livro em suas unidades significativas fundamentais, destacando os conceitos centrais que apareceram ao longo da obra.

As sociedades de classes em Marx

Inicialmente, as comunidades primitivas apresentavam um baixíssimo desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. Por este motivo, o homem estava preso à comunidade a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

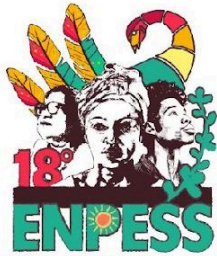
qual pertencia, pois sua sobrevivência dependia diretamente do trabalho realizado por todos os membros da comunidade. Neste contexto, não havia possibilidade do homem desvencilhar-se “do cordão umbilical da ligação natural aos outros do mesmo gênero” (Marx, 1988, p. 75). As comunidades primitivas eram condicionadas pelas “relações correspondentemente limitadas dos homens dentro do processo material da produção de sua vida, portanto, entre si e com a natureza”, fazendo com que a relação dos homens com a natureza e dos homens entre si fosse restringida pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho daquele período. Não existia valor de troca e a divisão do trabalho realizava-se por imperativos naturais, como o sexo e a idade². Tudo era produzido e usufruído coletivamente.

Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho no interior das comunidades primitivas era lento, visto que neste período “as forças produtivas de trabalho adquiridas são mínimas, mas assim o são as necessidades, as quais se desenvolvem com os meios para satisfazê-las e em função deles” (Marx, 1988a, p. 103). Dessa maneira, o atendimento das necessidades humanas mais simples elevou paulatinamente o nível das forças produtivas sociais, visto que na medida em que estas necessidades eram satisfeitas, novas necessidades, mais complexas, surgiam e demandavam dos homens novos meios de satisfação.

Apesar de gradual, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho proporcionou, ao atingir dado patamar, uma mudança radical na forma como os homens organizavam-se em sociedade. De acordo com Marx (1988a, p. 103), somente “depois que a humanidade superou pelo trabalho suas condições primitivas de animalidade e seu trabalho, portanto, já está até certo grau socializado, surgem condições em que o mais-trabalho³ de um torna-se a condição de existência do outro”. Marx refere-se, nesta passagem, ao desenvolvimento do excedente produtivo, que tornou economicamente possível a existência das sociedades de classes. Estabeleceu-se a partir daí uma nova divisão social do trabalho, na qual a produção e o usufruto dos bens materiais deixaram de ser coletivos. Em geral, a exploração do homem pelo homem permitiu aglutinar recursos que antes eram escassos e, com isso, desenvolver as forças produtivas de forma mais rápida.

² No interior das comunidades primitivas “origina-se uma divisão do trabalho que evolui naturalmente das diferenças de sexo e idade, portanto sobre uma base puramente fisiológica [...]” (Marx, 1988, p. 264).

³ Por mais-trabalho Marx (1988, p. 168) entende o “período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário” à sua reprodução. Apesar de este mais-trabalho lhe custar “trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. [...] Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*)”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Marx destaca a importância do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho para o aparecimento das sociedades de classes. Segundo ele,

Se o trabalhador precisa de todo seu tempo para produzir os meios de subsistência necessários ao sustento de si mesmo e de sua *raça*, não lhe resta tempo algum para trabalhar gratuitamente para uma terceira pessoa. Sem certo grau de produtividade do trabalho não há tal tempo disponível para o trabalhador, e sem tal tempo excedente, nenhum mais-trabalho e, portanto, nenhum capitalista, mas também nenhum senhor de escravos, nenhum barão feudal, em uma palavra, nenhuma classe dos grandes proprietários (Marx, 1988a, p. 103).

O aumento da produtividade social do trabalho, que fez surgir o excedente produtivo, possibilitou o acúmulo privado dos meios de produção e da riqueza material socialmente produzida. Toda a produção passou a ser executada por uma parcela da sociedade, enquanto a outra acumulava privadamente grande parte dos meios de produção⁴. Como o próprio autor reitera, inicialmente “a proporção dos setores da sociedade que vivem do trabalho alheio é minúscula comparada com a massa dos produtores diretos. Com o progresso da força produtiva social do trabalho essa proporção cresce de forma absoluta e relativa” (Marx, 1988a, p. 103-4). De modo geral, em todas as formas de sociabilidade marcadas pela divisão de classes, o produtor foi – e continua sendo –, condicionado pelo aumento da produtividade social do trabalho, a trabalhar além do que é necessário à sua sobrevivência.

Segundo o autor, a forma pela qual o excedente produtivo foi apropriado privadamente ao longo da história é o que determina os diferentes modos de produção: “Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações sócio-econômicas, por exemplo a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado” (Marx, 1988, p. 168-9). Cada modo de produção específico apresentou particularidades quanto à forma de apropriação privada do mais-trabalho alheio. Para Marx, diante de tais particularidades, “o modo de produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral” (Marx, 1988, p. 77). Isto significa dizer que os diferentes modos de produção observados na história da humanidade tinham uma determinada forma de economia como base,

⁴ R. James (*apud* Marx, 1988, p. 252) atribuiu as obras monumentais das antigas civilizações à acumulação privada dos meios de produção: “Aconteceu em épocas passadas que esses Estados asiáticos, depois de custear suas despesas civis e militares, se encontravam na posse de um excedente de meios de subsistência, que podiam aplicar em obras de magnificência ou utilidade. Seu comando sobre as mãos e braços de quase toda a população não agrícola e o domínio exclusivo do monarca e do sacerdócio sobre esse excedente proporcionavam-lhes os meios para construir monumentos portentosos, com os quais cobriam o país. [...] Os trabalhadores não agrícolas de uma monarquia asiática têm muito a contribuir para as obras além de seus esforços físicos individuais, mas seu número é a sua força e o poder de direção sobre essa massa deu origem àquelas obras gigantescas. Foi a concentração das rendas, das quais vivem os trabalhadores, em uma ou poucas mãos, que tornou possível tais empreendimentos”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que proporcionou o alicerce material sob o qual se desenvolveram as relações sociais de cada modo de produção, assim como a economia burguesa sustenta o modo de produção capitalista.

No escravismo, por exemplo, a parte da jornada de trabalho do escravo que compreendia o trabalho necessário à produção de seus próprios meios de subsistência *aparecia* como sendo trabalho realizado para o seu senhor. Dito de outra forma, todo o trabalho realizado pelos escravos parecia ser “trabalho não pago” (Marx, 1988a, p. 124), e a totalidade da riqueza produzida como posse do senhor de escravos. No entanto, esta aparência encobria o fato de que os escravos precisavam ter as suas necessidades diárias satisfeitas, a fim de manter suas capacidades de trabalho. E os meios de subsistência necessários à sua reprodução biológica eram fornecidos pelo senhor de escravos, sendo todo o resto apropriado privadamente⁵.

Já as relações de produção feudais manifestaram-se de forma mais explícita que as observadas no escravismo. No feudalismo, a corvéia⁶ distinguia-se nitidamente do trabalho realizado pelo camponês em suas próprias terras, e que era reservado à satisfação de suas necessidades vitais:

O trabalho necessário que, por exemplo, o camponês valáquio executa para sua automanutenção está espacialmente separado de seu mais-trabalho para o boiardo. Um ele realiza em seu próprio campo, o outro na propriedade do senhor. Ambas as partes do tempo de trabalho existem, independentemente, uma da outra. Na forma de corvéia, o mais-trabalho está nitidamente dissociado do trabalho necessário. (Marx, 1988, p. 182).

Dessa maneira, na corvéia ocorre a distinção entre o trabalho do servo destinado à sua autopreservação, e o trabalho para o senhor da terra. Esta distinção é claramente “perceptível aos sentidos” (Marx, 1988a, p. 124), pois se diferencia tanto no espaço (terras do senhor feudal e terras dos servos) quanto no tempo (dias de trabalho para o senhor feudal e dias de trabalho para o servo). As relações feudais de produção eram mais explícitas que as relações escravistas, pois os servos conseguiam diferenciar qual parte de sua jornada de trabalho construía a riqueza dos senhores feudais. Sobre esta base produtiva, a sociabilidade feudal era abalizada por uma profunda dependência entre seus membros. Segundo Marx (1988, p. 75), os “antigos organismos sociais de produção são extremamente mais simples e transparentes que o organismo burguês,

⁵ Marx (s.d., p. 362) reitera esta argumentação em *Salário, Preço e Lucro*, ao dizer que “no trabalho dos escravos parece ser trabalho não remunerado até a parte do trabalho que se paga. Claro está que para poder trabalhar, o escravo tem que viver e uma parte de sua jornada de trabalho serve para repor o valor de seu próprio sustento. Mas como entre ele e seu senhor não houve trato algum, nem se celebra entre eles nenhuma compra ou venda, todo o seu trabalho parece dado de graça”.

⁶ A corvéia (do francês, *corvée*) consiste na prestação de serviços do servo nas terras e instalações do senhor feudal. Esta obrigação durava dois ou três dias por semana, nos quais os servos cumpriam diversas tarefas nos domínios senhoriais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mas eles baseiam-se na imaturidade do homem individual”. Neste período da Idade Média europeia,

Em vez do homem independente, encontramos aqui todos dependentes — servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. **A dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais da produção material quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela.** [...] A corvéia mede-se tanto pelo tempo quanto o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que é certa quantidade de sua força pessoal de trabalho que ele depende no serviço do seu senhor. O dízimo, a ser pago ao cura, é mais claro que a bênção do cura. Portanto, como quer que se julguem as máscaras que os homens, ao se defrontarem aqui, vestem, **as relações sociais entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais**, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho (Marx, 1988, p. 74, grifos nossos).

Temos, pois, que as relações de produção no feudalismo eram marcadas pela dependência pessoal entre senhores feudais e servos. Tal dependência, estabelecida no processo de produção da riqueza material, tornava igualmente dependentes todas as demais esferas da vida estruturadas sobre tal modo de produção. Veremos, mais adiante, que no capitalismo, ao contrário, ocorre um velamento no qual o trabalhador é impedido de distinguir qual parte de sua jornada de trabalho converte-se em seus próprios meios de subsistência e qual parte é apropriada pelo capitalista. Como resultado disto, as relações entre os homens no capitalismo passaram a ser mediadas por coisas (mercadorias), que dominam o produtor.

Por enquanto, basta-nos ressaltar o fato de que, para Marx, as sociedades de classes desenvolveram suas particularidades a partir da forma como era expropriada a riqueza material excedente do produtor direto. As diferentes formas de extração do mais-trabalho desenvolveram as particularidades dos modos de produção pretéritos, assim como as do capitalismo. Com base nestas características fundamentais dos modos de produção anteriores, podemos perceber que a existência de classes sociais antagônicas no interior de uma dada forma de reprodução social não é exclusiva do capitalismo. Do mesmo modo, entende-se que as relações capitalistas de produção – e da sociedade – nem sempre existiram. Referindo-se ao capitalismo, Marx comenta que é uma “rara ilusão óptica, a de ver por toda parte uma situação que até agora apenas excepcionalmente domina sobre a Terra!” (Marx, 1988a, p. 107). Foi preciso um longo e penoso processo histórico para que as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo fossem possíveis de existir.

A esfera oculta da produção da riqueza capitalista

Ao mergulharmos na forma de organização da produção capitalista devemos nos atentar, em primeiro lugar, para o fato de que a esfera da “circulação ou o intercâmbio de mercadorias não



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

produz valor” (Marx, 1988, p. 132). A mais-valia não pode originar-se da esfera da circulação, haja vista que nesta esfera só se trocam mercadorias que equivalem em valor. Ou seja, a lei que rege o intercâmbio das mercadorias embasa-se na troca de equivalentes: “Mercadorias podem chegar a ser vendidas por preços que se desviam de seus valores, mas esse desvio aparece como violação da lei da troca de mercadorias. Em sua figura pura, ela é uma troca de equivalentes [...]” (Marx, 1988, p. 129). Portanto, deve haver na produção capitalista “algo por trás de suas costas e que nela mesma é invisível” (Marx, 1988, p. 133), que viabiliza a *produção* da mais-valia que, nas mãos dos capitalistas, torna-se capital. O capitalista precisa, antes de qualquer coisa,

descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objeto de objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica – **a capacidade de trabalho ou força de trabalho** (Marx, 1988, p. 135, grifos nossos).

Esta capacidade de trabalho ou força de trabalho passou a ser fornecida pelo proletariado desde a sua gênese, advinda da concretização dos violentos métodos da acumulação primitiva de capitais. Mas a força de trabalho do proletariado só pode aparecer no mercado como uma mercadoria apenas se o seu possuidor a disponibiliza como tal. Para que isso aconteça, ele precisa dispor dela livremente, ser livre proprietário de sua capacidade de trabalho e de sua pessoa. Ele só pode relacionar-se com sua força de trabalho como uma mercadoria à medida que a coloca a venda apenas provisoriamente, por determinado espaço de tempo, sem renunciar à sua propriedade. Além disso, o dono da força de trabalho deve ser destituído da posse dos meios de produção (matérias-primas, instrumentos de trabalho, etc.).

Uma vez que a força de trabalho foi assegurada como mercadoria – cuja peculiaridade reside no fato de ser a única capaz de gerar riqueza quando utilizada – ela também passa a ser portadora de valor. Esse valor é determinado como o de qualquer outra mercadoria: pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção⁷. A produção da força de trabalho está atrelada à existência do indivíduo vivo. Por isso, a produção da força de trabalho consiste na manutenção e reprodução do mesmo. Para tanto, ele precisa de certa soma de meios de

⁷ De acordo com Marx, a grandeza encontrada igualmente em todas as mercadorias não se refere às suas qualidades naturais. Na realidade, aquilo “que há de comum, que se revela na relação de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor” (Marx, 1988, p. 47). E a grandeza desse valor é medida pela “substância constituidora do valor”, o trabalho”. Por sua vez, a quantidade de trabalho é mensurada pelo seu tempo de duração em dias, horas, minutos, etc. Ainda, Marx faz a ressalva de que este tempo de trabalho, fundamento do valor das mercadorias, não é medido a partir do trabalho realizado por cada trabalhador individualmente, mas sim é a *média social* dos trabalhos humanos em geral. Assim, a grandeza do valor de uma mercadoria não é simplesmente medida pelo tempo de trabalho cristalizado nela, mas sim pelo tempo e trabalho *socialmente necessário* para a sua produção.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

subsistência, sendo o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria *força de trabalho* equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dos meios de subsistência necessários à reprodução do indivíduo. Também, como a reprodução do capital é um processo contínuo, ela deve driblar as barreiras naturais da força de trabalho: o desgaste físico e a morte dos indivíduos. Para isso, o vendedor da força de trabalho deve reproduzir-se e perpetuar sua condição material de existência através das gerações futuras. Dessa maneira, a “soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui [...] os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores” (Marx, 1988, p. 138), a fim de que suas forças de trabalho também ingressem no mercado como mercadorias. A expressão monetária do valor da força de trabalho é o salário, pago pelo capitalista. Atendidas estas condições, a era capitalista passa a se desenvolver a passos largos, pois a transformação da força de trabalho em mercadoria completa as condições necessárias para a realização do ciclo de produção e valorização do capital, bem como universaliza a forma mercadoria como o elemento central da produção da riqueza material da sociedade. Nesse sentido, a era capitalista pressupõe a existência de trabalho assalariado e da sociedade regida pela produção de mercadorias. Mas a especificidade da produção capitalista não se limita apenas à produção de mercadorias. Ela é,

[...] essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (Marx, 1988a, p. 101).

Chamemos atenção para a última parte desta citação, na qual o autor afirma que para ser trabalhador produtivo – no capitalismo – é preciso produzir mais-valia *ou* servir à valorização do capital. No último caso, para valorizar capital “já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções”. Então, incluem-se nesse quadro de trabalhadores produtivos (de mais-valia) outras atividades auxiliares à reprodução do capital, mesmo estando “mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho” (Marx, 1988a, p. 101). O conceito de trabalho produtivo capitalista engloba, portanto, “uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital” (Marx, 1988a, p. 102). Assim, um mestre-escola, por exemplo, “é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário”. Ao ensinar, o mestre-escola valoriza capital para o empresário, mas não produz riqueza nova porque sua atividade está “fora da esfera da produção material” (Marx, 1988a, p. 101-2).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Contudo, Marx afirma que o trabalhador produtivo (de mais-valia) no capitalismo não só valoriza, mas também “**produz** mais-valia para o capitalista” (Marx, 1988a, p. 101, grifos nossos). Acha-se aí a chave para o entendimento da função do proletariado neste modo de produção, na medida em que, para o autor, “por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que **produz e valoriza** ‘capital’” (Marx, 1988a, p. 179, grifos nossos). Dessa forma, ao proletariado não cabe apenas valorizar capital – função esta que também é exercida pelos demais trabalhadores produtivos – mas também a incumbência de produzi-lo para o capitalista.

De fato, a “formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital” (Marx, 1988, p. 131) ocorre na esfera da produção, pelas mãos do proletariado. Nela, o vendedor da força de trabalho, tal como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza o seu valor de troca através da venda e aliena o valor de uso da sua força de trabalho a outrem. Por isso, o valor de uso da força de trabalho não pertence ao trabalhador, e sim ao capitalista que a contratou. Ao pagar o valor de um dia de trabalho, o capitalista pode utilizar a força de trabalho como bem lhe apetece. E mesmo que

[...] a manutenção diária da força de trabalho só cust[e] meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (Marx, 1988, p. 153).

Isso porque a mesma lei da troca de equivalentes que rege o intercâmbio de todas as mercadorias é igualmente aplicada à venda da mercadoria *força de trabalho*, fazendo com que o proletariado receba exatamente o seu valor, enquanto mercadoria, em forma de salários. O capitalista compra, no mercado, mercadorias (meios de produção e força de trabalho) pelo seu valor. Depois, consome o valor de uso dessas mercadorias no processo produtivo. Ele reúne os meios de produção e a força de trabalho que a ele pertencem, e transforma-as em novos produtos, igualmente de sua propriedade.

De consumidor da força de trabalho, que equivale ao processo de produção de mercadorias, o capitalista passa a ser vendedor de mercadorias no mercado, trocando-as pelo seu equivalente em dinheiro, nem um centavo a mais ou a menos do que realmente valem. Não obstante, ele tira da produção de suas mercadorias um valor maior do que empregou inicialmente, visto que o consumo da força de trabalho produz uma riqueza maior do que aquela necessária à supressão das necessidades vitais dos trabalhadores. O excedente gerado pelo consumo da força de trabalho para além dos limites necessários à sua reprodução é apropriado privadamente pelo capitalista, convertendo-se em mais-valia. Nesse processo de produção, a mais-valia surge como



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho [...]” (Marx, 1988, p. 155). Como resultado disto, tem-se:

1. que o produto pertence ao capitalista e não ao trabalhador;
2. que o valor desse produto, além do valor do capital adiantado, inclui uma mais-valia, a qual custou trabalho ao trabalhador, mas nada ao capitalista, e que todavia torna-se propriedade legítima deste;
3. que o trabalhador continuou a manter sua força de trabalho e pode vendê-la de novo, caso encontre comprador (Marx, 1988a, p. 158).

Dessa maneira, a concretização da lei da troca de equivalentes entre a mercadoria *força de trabalho* e seu equivalente em salário torna-se um paradoxo, pois “a lei da apropriação ou da propriedade privada [...] evidentemente se converte mediante sua própria dialética interna, inevitável, em seu contrário direto” (Marx, 1988a, p. 157). Ou seja, o intercâmbio entre capitalistas e proletários, enquanto respectivamente compradores e vendedores da força de trabalho, que inicialmente apareceu como uma troca de equivalentes, se inverte de tal forma que os equivalentes se trocam apenas na aparência. Ao entrar no processo produtivo sem ser dono da sua força de trabalho, pois já a vendeu ao capitalista, o proletariado passa a não receber o equivalente à riqueza que produz, mas o salário – esta sim expressão do seu valor de troca, e cujo montante serve apenas para reproduzi-lo continuamente como um trabalhador. Todo o restante da riqueza excedente produzida pelo proletariado passa a engrossar as taxas de mais-valia apropriadas pelo capitalista. Este último, ao comprar matérias-primas e força de trabalho no mercado, ou seja,

ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo [...] (Marx, 1988, p. 153-4).

O capital é, portanto, resultado da riqueza socialmente produzida pelo proletariado e apropriada privadamente pela burguesia. Ao tornar-se posse legítima deste último, a mais-valia funciona como capital ao ser sempre de novo reinvestida na produção. Marx explicita, assim, o motivo da transformação do dinheiro em capital, ao mesmo tempo, acontecer e não acontecer na esfera da circulação. Acontece, porque a mercadoria *força de trabalho* é contratada pelos donos dos meios de produção por intermédio do mercado. E não acontece, porque a circulação “apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção” (Marx, 1988, p. 153). Somente ao deixar de lado a esfera da circulação “ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos”, e desvendar o “local oculto da produção” (Marx, 1988, p. 140), é que se delineiam os personagens principais da forma de sociabilidade capitalista: a burguesia satisfeita com o desenvolvimento do capital, enquanto o proletariado aparta-se cada vez mais das condições



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

autônomas de existência, vislumbrando um futuro de carências materiais e exploração. O funcionamento contínuo dessa lógica capitalista gera um antagonismo insanável, visto que

ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação da miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da **classe que produz seu próprio produto como capital** (Marx, 1988a, p. 201, grifos nossos).

A esfera da produção nubla, assim, o entendimento da lógica capitalista como responsável pela disjunção entre a riqueza social e seus produtores. A riqueza produzida pelo proletariado passa a não pertencer a eles, pois o modo capitalista de produção legitima a apropriação privada capitalista. De posse dos argumentos utilizados por Marx para definir o proletariado como sendo a classe produtora da riqueza material da sociedade, e que é expropriada da riqueza que produz, passemos à análise do papel social que desempenham burguesia e proletariado no interior da reprodução do capital.

A função social da burguesia e do proletariado no interior do modo capitalista de produção

Como vimos no item anterior, os indivíduos inseridos no modo de produção capitalista agem “como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias [...]” (Marx, 1988, p. 80). Até mesmo aqueles que não possuem nada além da própria capacidade de trabalho estão inseridos na lógica produtiva capitalista, pois vendem a mercadoria *força de trabalho* aos capitalistas. Por este motivo, “os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam”. Neste sentido, proletários e capitalistas encarnam determinados papéis no interior da lógica capitalista de produção, a fim de reproduzi-la com êxito.

Iniciaremos com a análise da função social da burguesia. Enquanto “funciona como capitalista, isto é, como capital personificado”, este agente social deve aplicar todo o seu tempo “à apropriação e portanto ao controle do trabalho alheio e à venda dos produtos desse trabalho” (Marx, 1988, p. 234). Isto significa dizer que o capitalista é liberado da necessidade de executar o trabalho manual, pois o seu comando sobre o trabalho alheio passou a ser uma “verdadeira condição da produção” (Marx, 1988, p. 250). A justificativa para isso está no fato de que a cooperação crescente que se estabeleceu entre os proletários no processo produtivo carece de uma direção que os ordene em uma lógica produtiva total, favorável ao desenvolvimento do capital. Nesse sentido, esta “função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torne-se cooperativo” (Marx, 1988, p. 250).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Como “o capitalista sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo do que o necessário para a reprodução de seu próprio valor” (Marx, 1988a, p. 124), então a sua direção precisa ser despótica. Esse despotismo do capitalista ao reger o processo de trabalho não é somente uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho, mas é também uma função de *exploração do processo social de trabalho* e, por isso, perpassada “pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração” (Marx, 1988, p. 250). Por ser um fanático da valorização do valor, o capitalista “força sem nenhum escrúpulo a humanidade à produção pela produção [...]” (Marx, 1988a, p. 163), não se importando em explorar a força de trabalho até o exaurimento. Enquanto a alma deste agente social for a alma do capital, usurpado da relação com os outros homens pelo imperativo da reprodução em escala crescente do capital, o desejo do capitalista sempre será “absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho” (Marx, 1988, p. 180). Os capitalistas não se afligem com as más condições de vida do proletariado porque eles apenas exercem “a sua função de capitalista, a saber, a função de enriquecer” (Marx, 1988a, p. 163). Eles devem ampliar continuamente o seu capital mediante *produção e apropriação privada de mais-valia*.

Da totalidade da mais-valia gerada pela exploração da força de trabalho proletária, uma parte é convertida em renda do capitalista, com a qual ele próprio reproduz suas condições materiais de existência. A outra parte é reaplicada à produção, funcionando como capital. A proporção em que se realiza a partilha entre a renda do capitalista e o capital a ser reinvestido na produção determina a grandeza da acumulação. E quem procede a partilha da mais-valia é o capitalista, que tende a destinar sempre a maior parte à reaplicação na produção, justamente porque sua função social é acumular cada vez mais capital. Como um sujeito usurpado de suas vontades particulares pelo capital ou, nas palavras do autor, “Na medida em que sua ação e omissão são apenas funções do capital que nele é dotado de vontade e consciência, seu próprio consumo privado constitui para ele um roubo contra a acumulação de seu capital [...]” (Marx, 1988a, p. 163-4). Dessa forma, o capitalista se abstém o máximo possível do usufruto da mais-valia a fim de favorecer a valorização do capital. Até mesmo o “luxo entra nos custos de representação do capital”, convencionando-se certo grau “de esbanjamento, que é ao mesmo tempo ostentação de riqueza e, portanto, meio de obter crédito” (Marx, 1988a, p. 164). O padrão de vida mais confortável do capitalista, se comparado às más condições de sobrevivência do proletariado é, portanto, “uma necessidade do negócio para o ‘infeliz’ capitalista” (Marx, 1988a, p. 164), que busca na ostentação da riqueza uma representação de sua confiabilidade no mercado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na verdade, o esbanjamento do capitalista é realizado de modo interesseiro, “pois no fundo espreita sempre a mais suja avareza e o cálculo mais angustioso” (Marx, 1988a, p. 165).

A busca incessante do lucro é o objetivo fundamental do capitalista. E somente enquanto sua meta for apropriar-se privadamente da riqueza socialmente produzida é que “ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência” (Marx, 1988, p. 125). Estas “vontade e consciência” manifestas pelo capitalista não dizem respeito às suas aspirações pessoais, mas aos imperativos da reprodução do *capital*. A busca pelo enriquecimento do capitalista é a explicitação do mecanismo social do qual ele é apenas uma engrenagem: “Se para a Economia clássica o proletariado é apenas uma máquina para a produção de mais-valia, **o capitalista vale para ela também apenas como uma máquina para a transformação dessa mais-valia em mais-capital**” (Marx, 1988a, p. 166, grifos nossos). De fato, são as necessidades do capital, e não as de suas personificações, que ditam a forma de funcionamento do modo de produção capitalista.

E assim como a burguesia, o proletariado também é considerado por Marx (1988, p. 245) como “um modo específico de existência do capital”. Diferente da burguesia – que abre mão de sua individualidade para incorporar os desejos do capital e executar as funções necessárias à reprodução capitalista em escala ascendente – ao proletariado cabe a função de produzir a riqueza que alicerça o modo de produção capitalista, e que é expropriada pelos próprios mecanismos de funcionamento do sistema. Ao produzir a mais-valia, o proletariado fica preso ao recebimento de apenas parte do produto por ele produzido (em forma de salários), haja vista que a maior parte da mais-valia se converte em propriedade do capitalista, que tende sempre a reinvesti-la na produção sob a forma de capital.

Quando o proletariado é inserido no processo produtivo como mercadoria *força de trabalho*, ele passa a realizar dois tipos de consumo: primeiro, consome meios de produção e transforma-os em mercadorias cujo valor é maior do que o do capital investido inicialmente. Este consumo é produtivo (de mais-valia), pois gera uma riqueza nova ao ser posto em movimento, e é concomitante ao consumo da força de trabalho pelo capitalista que a comprou. O consumo produtivo dos meios de produção pelo trabalhador atua como força motriz do capital, e seus resultados pertencem ao capitalista. O segundo tipo de consumo realizado pelo trabalhador é o individual, e diz respeito à utilização do dinheiro pago pela compra da força de trabalho no provimento de seus meios de subsistência. Sobre ambos os tipos de consumo do trabalhador, Marx (1988a, p. 149) comenta que o “resultado do primeiro é a vida do capitalista, o do outro é a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

vida do próprio trabalhador”. Isto significa dizer que o consumo produtivo reproduz a base fundamental do capital, qual seja a transformação da riqueza produzida pelo proletariado em propriedade do capitalista e, nesse sentido, mantém a estrutura social na qual o capitalista se desenvolve e perpetua sua posição de classe. Já o consumo individual serve à reprodução da força viva do trabalhador.

Mas ao considerar o processo produtivo capitalista como um todo, ou como diz o autor, “em seu fluxo e em sua dimensão social” (Marx, 1988a, p. 149), sobressaem-se nuances que a análise mais superficial das formas de consumo do trabalhador não revela. Segundo Marx, quando o capitalista transforma parte de seu capital em força de trabalho (ou em salários) ele está, na verdade, valorizando o seu próprio capital global. Isto porque o “capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores” (Marx, 1988a, p. 149). Portanto, o consumo individual realizado pelos trabalhadores é, na verdade, “retransformação dos meios de subsistência [...] em força de trabalho de novo explorável pelo capital”. No final deste processo, o capitalista mata “dois coelhos com uma só cajadada. Ele lucra não apenas daquilo que recebe do trabalhador, mas também daquilo que lhe dá”, pois o consumo individual do trabalhador é a forma mais eficiente de garantir a “produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador” (Marx, 1988a, p. 149). Nesse sentido, a constante manutenção e reprodução do proletariado “permanece a condição constante para a reprodução do capital” (Marx, 1988a, p. 149).

Tal lógica deixa bastante claro que “o consumo individual do trabalhador é para ele mesmo improdutivo, pois reproduz apenas o indivíduo necessitado; ele é produtivo para o capitalista e para o Estado, posto que produz a força produtora de riqueza alheia” (Marx, 1988a, p. 150). Tendo em mente que o objetivo último do capital é a sua expansão a qualquer custo, Marx (1988a, p. 149) chega à chocante constatação de que

Em nada altera a coisa se o trabalhador realiza o seu consumo individual por amor a si mesmo e não ao capitalista. Assim, o consumo do animal de carga não deixa de ser um momento necessário do processo de produção, porque o animal se satisfaz com o que come.

Da mesma forma, o consumo do trabalhador não livra de pertencer à lógica produtiva capitalista de forma subordinada somente porque, no ato do consumo, ele satisfaz suas necessidades. Mesmo quando os níveis salariais apresentam-se acima do limite do estritamente necessário à sobrevivência do trabalhador, ainda assim o recebimento de parte da riqueza que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

produzem em forma de salários os mantém presos à reprodução do capital. Um maior consumo individual do trabalhador apenas lhe concede mais conforto, porém não o liberta da sua subordinação ao capital, que o obriga a vender-se no mercado a fim de valorizar o capital alheio. Além disso, a condição de subordinação do proletariado é reproduzida pelo fato de o trabalhador ter acesso aos meios de consumo estritamente necessários à sua reprodução *apenas durante o tempo em que é contratado*, necessitando voltar constantemente ao mercado para se vender. O proletariado volta constantemente ao mercado para vender a sua força de trabalho impelido pela necessidade de sobrevivência. Ele retroalimenta a lógica que gera a sua dominação de classe, perpetuando sua própria relação de submissão ao capital. Nas palavras do autor,

O processo de produção capitalista reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. Já não é a casualidade que contrapõe capitalista e trabalhador como comprador e vendedor no mercado. É a armadilha do próprio processo que lança o último constantemente de novo no mercado como vendedor de sua força de trabalho e sempre transforma seu próprio produto no meio de compra do primeiro (Marx, 1988a, p. 153).

Tanto o consumo produtivo quanto o consumo individual, executados pelo trabalhador nos marcos da produção capitalista, auxiliam na reprodução do capital de forma diferente e complementar. Enquanto o consumo produtivo agrega riqueza às mercadorias através do trabalho proletário, o consumo individual reproduz a condição mais indispensável da produção capitalista, a vida do próprio trabalhador. Dessa maneira,

Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza em capital, em meios de valorização e de satisfação para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou – fonte pessoal da riqueza, mas despojado de todos os meios, para tornar essa riqueza realidade para si (Marx, 1988a, p. 148).

Este é o resultado do proletariado ser a força produtiva do capital. Ao mesmo tempo em que esta classe é o alicerce do modo de produção capitalista, responsável pela produção da totalidade da riqueza social, sofre as consequências de não poder gerir a riqueza que produz. Esta riqueza, de modo diverso, volta-se contra o proletariado, tornando-se uma força estranha e hostil que o domina e o mantém submisso às necessidades de valorização irracional do capital. Desde a sua gênese, a função do proletariado não foi outra senão produzir a riqueza como capital, tornando-a propriedade do capitalista.

Enquanto força produtiva do capital, ao proletariado não cabe suprir suas próprias necessidades. Ele apenas cumpre a função social que lhe cabe, a de produzir e valorizar capital incessantemente, enquanto perdurar a lógica capitalista. Sua própria reprodução é, portanto, um momento fundamental da produção capitalista. Burguesia e proletariado são, assim, produtos radicalmente antagônicos do mesmo processo social de produção.

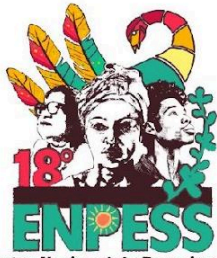
Considerações finais

Uma investigação a respeito da relação entre as classes sociais em Marx é inevitavelmente marcada pelo fato de que este autor não concluiu seu projeto inicial. O manuscrito do volume terceiro de *O Capital* encerra-se justamente quando seu autor iria discorrer sobre este assunto. Não obstante, o legado teórico deixado por Marx nos deixa apontamentos a respeito de como se dá a relação das classes fundamentais desta forma de sociabilidade no interior da produção material da riqueza social capitalista.

Ao apreender o que se passa por trás da esfera da circulação das mercadorias, mergulhando na enigmática produção capitalista, passamos a entender os fundamentos materiais da relação entre os personagens que compõem a produção capitalista, proletariado e burguesia. Enquanto o proletariado produz todo o conteúdo material da riqueza social, *produzindo e valorizando capital*, a burguesia apropria-se desta riqueza, fazendo-a voltar-se contra o proletariado como uma força que os domina e os mantém dependentes desta lógica exploratória.

Observamos que cabe à burguesia o papel de controle sobre o trabalho alheio não pago. Ele é, nesse sentido, uma personificação do capital, um sujeito cuja vontade está subjugada aos imperativos da reprodução em escala crescente do capital. E somente enquanto sua meta for apropriar-se da riqueza produzida por outros é que ele funciona como capitalista, ou como capital personificado. Do mesmo modo, verificamos que o proletariado também é partícipe da reprodução do capital. Ele cumpre a função social de produzir a riqueza que alicerça o modo de produção capitalista. Além de gerar riqueza nova ao movimentar os meios de produção e as matérias-primas no ato do trabalho, ele também reproduz o capital ao reproduzir-se, ao consumir produtos com a finalidade de manter-se vivo. Isto porque a reprodução do trabalhador significa a reposição do elemento mais importante da produção capitalista: a força de trabalho. Este agente social, responsável pela produção da riqueza da sociedade, retroalimenta a sua dominação de classe até mesmo quando reproduz sua própria existência viva.

A clareza marxiana no trato das classes sociais – apesar do fato de sua teorização a respeito deste tema não ter sido finalizada como ele vislumbrou em seu plano de estudos – o fez perceber que a complexificação da sociabilidade capitalista exigiria uma solução igualmente mais complexa e abrangente. A partir de dado estágio de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, somente a ruptura com o capital e sua forma de produção poderia restituir à humanidade a liberdade então perdida. Isto significa dizer que apenas a solução universalizante



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da revolução, cujo sujeito é o proletariado, é capaz de dirimir os antagonismos do modo de produção em seu estágio atual.

Em tempos de agravamento da crise que perpassa a estrutura do capital, a retomada dos conceitos marxianos das classes fundamentais do modo de produção capitalista faz-se importante na medida em que, com isso, passamos a identificar qual é o sujeito portador da possibilidade real de mudança. Conforme vimos a partir da análise de Marx em *O Capital*, no atual estado de coisas vigente, as classes sociais não podem ser superadas sem a superação do próprio capital. Enquanto houver capital e, portanto, enquanto o fundamento da sociabilidade atual for a relação capital *versus* trabalho, a função social ou a essência das classes sociais antagônicas não tem como desaparecer.

Referências bibliográficas

- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS nº 273/93, de março de 1993. **Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.** In: Coletânea de Leis. Alagoas, Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 16ª Região, 2005. 451 p.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política (tomo I).** 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 287 p.
- _____. **O Capital: crítica da economia política (tomo II).** 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. 294 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos volume 3.** São Paulo: Edições Sociais, s.d. 381 p.
- NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a Tradição Marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 30, 1989.
- _____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.
- SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.